



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

Aos Órgãos de Informação

O Conselho de Ministros realizou, no dia 9 de Fevereiro de 2016, a sua 3.^a Sessão Ordinária.

Nesta Sessão, o Governo apreciou e aprovou o Balanço do Plano Económico Social de 2015 e o Relatório de Execução do Orçamento do Estado de 2015, a submeter à Assembleia da República.

O Balanço do Plano Económico Social de 2015, apresenta um bom desempenho nos indicadores estratégicos do PQG, com destaque para:

- O crescimento do PIB, em 6,3%;
- Inflação média, em 3,55%, contra 5,1% programado;
- Os sectores sociais, nomeadamente, Educação, Saúde e Abastecimento de Água;
- A criação de 302.000 novos empregos contra os 297.000 programados;
- A simplificação de procedimentos para o licenciamento de negócios.

A execução do Orçamento do Estado de 2015, reporta nomeadamente os seguintes resultados:

- Uma cobrança de receita de 157.188,9 milhões de Meticais, equivalente a 97,8%, do planificado;
- Despesa total de 193.099,0 milhões de Meticais, correspondente a 85,3%, do Orçamento Anual;
- Despesa de Investimento correspondente a 70,5%, do plano.

O Conselho de Ministros apreciou e aprovou, ainda:

- O Decreto que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura – IDEPA, e define as suas atribuições e competências.

O IDEPA é uma instituição pública com personalidade jurídica e autonomia administrativa, com objectivo de promover o desenvolvimento da pesca e aquacultura, bem como coordenar as actividades de experimentação, demonstração e extensão das actividades pesqueiras.

- A Resolução que determina a cessação de funções de Jafar da Conceição Rubi, do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional da Marinha (INAMAR).
- A Estratégia e Plano de Acção para a Gestão Integrada da Zona Costeira de Moçambique.

A Estratégia visa promover a gestão integrada da zona costeira através da implementação articulada e coordenada de políticas e instrumentos que assegurem o uso racional do espaço físico, a preservação dos recursos naturais, e a redução da vulnerabilidade das comunidades, visando o desenvolvimento sustentável e a resiliência costeira.

O Governo apreciou as informações sobre:

- A situação de Emergência;
- A situação dos deslocados moçambicanos no Malawi;
- A emergência internacional pelo vírus Zika;
- O processo da Abertura do Ano Lectivo 2016.

Maputo, 09 de Fevereiro de 2016